

REPÚBLICA VELHA

A República Velha ou primeira república é a primeira fase da república brasileira e entendeu-se de 1889 a 1930. O marco inicial desse período foi a posse do Marechal Deodoro da Fonseca, como primeiro presidente republicano da história do Brasil. Esse período foi dividido em dois momentos:

Primeiro momento República da espada (1889-1894): esse período foi marcado por uma forte crise econômica que foi resultado da política que Rui Barbosa implantou na economia brasileira. Recebeu esse nome, pois foi um período governado por militares. Depois que a República foi proclamada foi estabelecido um governo provisório, onde Deodoro da Fonseca foi escolhido para ser o presidente, mas Deodoro não estava conseguindo agradar o povo pois ele(Deodoro) era muito autoritário, linha dura, aí os políticos decidiram aprovar uma nova constituição, por isso surgiu a constituição de 1891, que tinha por objetivo estabelecer de vez no país a República, seguindo o sistema presidencialista.

Pontos importantes da constituição de 1891

- Federalismo
- Divisão dos poderes(Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Voto somente para homens maiores de 21 anos e alfabetizados (voto aberto).

Segundo momento República oligárquica (1894-1930): Foi o período da História do Brasil marcado pela alternância de poder entre as oligarquias cafeeiras de Minas Gerais e São Paulo, entre os anos de 1894 e 1930. Se trata, portanto, de quase todo período da Primeira República no Brasil. Oligarquia significa “governo de poucos”. Ou seja, esse foi um período na História do Brasil em que, mesmo tecnicamente vivendo um regime democrático, o poder esteve detido na mão de poucas pessoas. E essas pessoas tomam decisões a fim de beneficiar apenas a si próprias. Período Oligárquico no Brasil: Durante a Primeira República, o poder político do país estava centrado nas oligarquias locais, pequenos grupos que sustentavam seu poderio a partir das riquezas produzidas em suas propriedades rurais. As principais oligarquias eram as do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O poder oligárquico fez com que, durante o período da Primeira República, não houvesse um só partido político de alcance nacional. Eram as relações políticas regionais que determinavam os rumos políticos do país. Política dos Governadores: A República Oligárquica ficou marcada pela chamada Política dos Governadores, que consistia na troca de favores do Governo Federal com as oligarquias locais. O Governo Federal, na intenção de acabar com as disputas regionais que aconteciam entre os Estados brasileiros, começa a apoiar as oligarquias mais poderosas, concedendo favores e oferecendo recursos e cargos para aliados. Em troca, as oligarquias se comprometeram a apoiar o Governo Federal a partir da eleição de deputados que, no Legislativo, votariam a favor das medidas propostas pelo Governo. Com essa política, o Governo Brasileiro consolida seu poder sobre os estados, impedindo que o federalismo levasse a movimentos separatistas ou de guerra civil. Ao mesmo tempo, as oligarquias tinham seu poder político reforçado. Para que esse acordo fosse viável, era necessário que os candidatos certos fossem eleitos. A República Oligárquica foi marcada, portanto, por uma política do Café com Leite, que consistiu na união das duas oligarquias mais poderosas do período: São Paulo e Minas Gerais. Essa política pretendia garantir o revezamento entre os candidatos das duas oligarquias, uma obtendo apoio da outra. Essa prática não aconteceu em todo período da Primeira República, ou seja, não explica a eleição de todos os presidentes. Por vezes, os

candidatos não foram eleitos ou as oligarquias entraram em conflito, não apoiando o mesmo candidato.

Coronelismo: O coronel era peça importante desse sistema. Os coronéis eram uma elite política composta por grandes proprietários rurais, chefes políticos locais e comerciantes, que tornaram-se referência para populações locais a partir de relações de poder baseadas na grande desigualdade existentes no Brasil da época. Utilizavam, portanto, sua influência política para garantir que as elites imperiais permanecessem no poder. Os coronéis utilizavam-se de trocas de favores, violência, pagamentos – dentre outros artifícios – para colocar no poder os candidatos que lhe interessavam. Essa prática, profundamente anti-democrática – contava ainda com intensas retaliações, inclusive físicas, aos cidadãos que não se submetiam a ela. O voto de cabresto era a instituição mais comum da prática do coronelismo. O coronel garantia a proteção e inúmeros favores à população de sua vizinhança, e esta, em troca, lhe era obediente, votando nos candidatos escolhidos pelo coronel. O termo “voto de cabresto” remete justamente ao controle exercido por um homem sob um animal.